

# ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 22 • 2015



Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS  
2015

**Estudos Arqueológicos de Oeiras** é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Doutora Laure Salanova (CNRS, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Rui Morais (Universidade do Minho)

## ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 22 • 2015      ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso  
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas  
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO  
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras  
Fábrica da Pólvora de Barcarena  
Estrada das Fontainhas  
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta  
*On prie l'échange*  
*Exchange wanted*  
*Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO - M. Fernandes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Gráficas Amares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

## ÍNDICE GERAL / CONTENTS

PAULO VISTAS	
Prefácio	
<i>Foreword</i> .....	5
JOÃO LUÍS CARDOSO	
A investigação da antiguidade do Homem no Portugal de Oitocentos: um contributo para a História da Ciência	
<i>The antiquity of man's research in Portugal during the nineteenth century. A contribution to the History of Science</i> .....	9
JOÃO LUÍS CARDOSO	
Carlos Ribeiro (1813-1882), as formações quaternárias portuguesas e a antiguidade do homem: um manuscrito desconhecido	
<i>Carlos Ribeiro (1813-1882), the Quaternary Portuguese formations and the antiquity of Man: an unknown manuscript</i> .....	43
JOÃO LUÍS CARDOSO	
Na Estremadura do Neolítico Antigo ao Neolítico Final: contributos de um percurso pessoal	
<i>From Early to Late Neolithic in Estremadura, Portugal. Contributions of a personal scientific career</i> .....	93
JOÃO LUÍS CARDOSO, ANA CATARINA SOUSA & MARIA DA CONCEIÇÃO ANDRÉ	
O povoado do Carrascal (Oeiras). Estudo das ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico	
<i>The Carrascal settlement. Study of the Late Neolithic and Chalcolithic occupations</i> .....	139
NUNO NETO, PAULO REBELO & JOÃO LUÍS CARDOSO	
O povoado do Neolítico Final e do Calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda – Lisboa)	
<i>The settlement of the Late Neolithic and Chalcolithic Travessa das Dores (Ajuda – Lisbon)</i> .....	235
CLÁUDIA COSTA & FRANCISCO ROSA CORREIA	
A componente animal no Calcolítico Pleno da Estremadura portuguesa: o conjunto de fauna do Alto de Santo Antão (Óbidos)	
<i>Animal component in the Portuguese Estremadura Middle Chalcolithic: the assemblage of Alto de Santo Antão (Óbidos)</i> .....	281
ANTÓNIO P. GONÇALVES, ANTÓNIO M. MONGE SOARES, MARIA JOSÉ OLIVEIRA, LUIS CERQUEIRA ALVES, PEDRO VALÉRIO & JOÃO LUÍS CARDOSO	
Caracterização de uma conta de vidro proveniente do povoado fortificado calcolítico da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira)	
<i>Characterization of a glass bead from the Chalcolithic fortified settlement of Moita da Ladra (Vila Franca de Xira)</i> .....	291

ANA MARGARIDA ARRUDA & JOÃO LUÍS CARDOSO A necrópole da Idade do Ferro de Vale da Palha (Calhariz, Sesimbra) <i>The Iron Age necropolis of Vale da Palha (Calhariz, Sesimbra)</i> .....	301
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO Era aqui que Febo adormecia <i>This Was the Place Where Phæbus Fell Asleep</i> .....	315
MARTÍN ALMAGRO-GORBEA <i>Sacra Saxa</i> . 'Peñas Sacras' propiciatorias y de adivinación de la <i>Hispania Celtica</i> <i>Propitiatory and Divination 'Sacred Rocks' in Celtic Iberia</i> .....	329
PAULO OLIVEIRA RAMOS Sobre as causas do martirólogo dos (nossos) monumentos <i>On the causes of the martyrology of (our) monuments</i> .....	411
CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS Relatório das Actividades desenvolvidas em 2014 .....	423

## **ERA AQUI QUE FEBO ADORMECIA**

### ***THIS WAS THE PLACE WHERE PHŒBUS FELL ASLEEP***

José d'Encarnação<sup>1</sup>

#### **Abstract**

According to lost roman inscriptions, a *legatus provinciae Lusitaniae* honoured *Sol et Luna* at Sintra, near *Olisipo*, perhaps with a temple over the Ocean's coast, and ancient written traditions also give us the idea that his initiative could be interpreted as a rivalry between *Colonia Scallabitana* and *Olisipo*, at the emperor Augustus' reign.

Therefore, the actual archaeological research gives us the opportunity to discuss not only the very problematic authenticity of these epigraphic texts but also the real context in what the XVII and XVIII centuries' authors wrote their stories.

*Keywords:* CIL II 258, 259 and 31\*; Roman temples; *Olisipo*; *Scallabis*; roman imperial cult.

Diz o Povo que “não há fumo sem fogo”, expressão que, no domínio dos estudos etnográficos, é sempre tida em consideração no que respeita, por exemplo, a lendas e credences populares. Dizem que por ali aparecia uma senhora; nas noites de Lua Cheia, não se pode andar por essas bandas... E o etnógrafo anota no seu canhenho esses dados, observa a paisagem, fala com as pessoas idosas e acaba por encontrar o fio à meada de uma arraigada tradição transmitida de geração em geração...

Recordo-me de termos ouvido, o Guilherme Cardoso e eu, um velhote garantir-nos que era perigoso, à noite, atravessar, em determinado sítio, o ribeiro que limitava a sul o território da *villa* romana de Freiria. Almas penadas seriam? Qualquer coisa estranha era, sem dúvida! E era, soubemos depois: ali se situava a necrópole da *villa!*

Usei essa expressão da primeira vez (2001-2002) que, a gentil convite do Prof. João Luís Cardoso, me debrucei sobre uma cópia da edição de 1753, feita em Lisboa, na oficina de Manuel Soares, “com todas as licenças necessárias e privilégio real”, da obra *Fundação, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa e Seus Varões Ilustres em Santidade, Armas e Letras. Catálogo de Seus Prelados e Mais Cousas Eclesiásticas e Políticas até o Ano 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El-Rei D. Afonso Henriques*, oferecida “à fidelíssima e augustíssima majestade d'el-rei D. José I, Nosso Senhor, por seu mínimo vassalo, Manuel António Monteiro de Campos, e à sua custa impressa, escrita pelo capitão Luís Marinho de Azevedo, natural da mesma cidade”. E não resisti a referi-la de novo aqui, porque desde logo me ficara o desejo de voltar a comentar mais algumas das bem aliciantes páginas desta obra.

---

<sup>1</sup>Universidade de Coimbra.

Estava-se em meados do século XVIII, ainda não acontecera o terramoto de Lisboa, mas já se sentia no ar da Europa a necessidade de se regressar ao Passado, para aprofundar raízes, para os povos sentirem que eram, afinal, elos de uma cadeia que há muito se iniciara. O terramoto fez estremecer a terra e fez estremecer as consciências e determinou, por toda a parte, a preocupação de se salvaguardar tudo o que poderia vir a ter interesse. Ora, nesse aspecto, Luís Marinho de Azevedo foi um precursor, usando, naturalmente, com tal objectivo, os dados que tinha à mão, seguindo a mentalidade da época, em que o real, o concreto, o provado facilmente se mesclavam com o imaginário, desde que daí pudessem advir louros para a sua amada cidade de Lisboa.

Optei, agora, por analisar dois capítulos do Livro I, o XXI – “Como fingiram os Poetas que o Sol descansava no nosso promontório e que ele e os mais planetas se alimentavam dos vapores do Oceano; e templo que nossos Lisbonenses lhe levantaram” e o XXII – “Que prossegue a matéria do passado discursando quando podia ser fundado este templo”. E a escolha recaiu sobre eles, fundamentalmente porque aí se transcrevem duas inscrições, uma delas que se reputa autêntica e outra, falsa, aparentada dessa – que merecem comentário, a meu ver.

## 1 – “O MAIS REMOTO PONTO DA TERRA OCIDENTAL”

A narrativa começa com alusões ao que Sílio Itálico escrevera, fingindo, acerca de o Sol, “*depois de dar volta a este hemisfério*”, vir “*descansar a ele do trabalho do dia, encobrendo a luz nas ondas do Oceano*” (p. 83): “*Hesperidum veniens lucis domus ultima terrae*”.

Será, porventura, interessante estudar-se o enquadramento desta frase no contexto do poema épico-histórico *Púnica*, que Sílio dedicou à II Guerra Púnica. E logo aí se vê a argúcia de Marinho de Azevedo. A frase completa é: “*Quin et Massyli fulgentia signa tulere, / Hesperidum veniens lucis domus ultima terrae*”.<sup>1</sup> E todo o enredo se refere a África, de tal modo que um dos comentários aí insertos, a propósito da frase “*ultima terrae*”, explicita: “*in extremo occidentali Africae litore*”. Os Massilos são um povo sito perto da Numídia; e sobre a localização das Hespérides e seus pomares muito se tem discutido. O engenho de Marinho de Azevedo consistiu, pois, em situar nas proximidades de Lisboa o que, no original, à Mauritânia se referia.

Vai, no entanto, mais além e não hesita em escrever: “*E que depois de descansar nele, as deusas do mar tiravam os freios aos cavalos de seu coche, para pastarem a verde grama daqueles amenos campos*” – a fim de mostrar também a riqueza da sua paisagem agrícola.

Inspira-se, aqui, numa passagem do poema épico *Thebais* (“Tebaida”), de P. Papinius Statius, que o publicou nos anos 90-91. O tema do poema é a expedição dos Sete contra Tebas e traz, no livro III, esta passagem:<sup>2</sup>

*Ya el Sol al mar de Hesperia había llegado,  
Donde ya sus caballos desataba,*

---

<sup>1</sup>Sigo a edição de Lemaire. Esta passagem está na p. 181 e os dois versos são os 282 e 283. Note-se que não é a única versão desta passagem, diferindo de manuscrito para manuscrito, segundo pode deduzir-se dos comentários constantes da referida edição.

<sup>2</sup>Sigo a edição, castelhana, da responsabilidade de Jesús M. Morata, membro do Grupo de Estudios Literarios del Siglo de Oro (G.E.L.S.O.), da Universidade de Málaga, disponível em <URL: [http://www.antequerano-granadinos.com/archivos/la\\_tebaidadef.pdf](http://www.antequerano-granadinos.com/archivos/la_tebaidadef.pdf)>, a que acedí em 18.06.2016. A passagem citada vem, sob o n.º 114, nas p. 129-130 dessa edição, que dá conta da tradução feita por Joan de Arjona, poeta granadino que terá morrido em 1603; levou seis anos a fazer a tradução, mas acabou por não a terminar, tarefa de que se encarregou Gregório Morillo, depois de 1618.

*y el rostro, ardiente y de sudor bañado,  
entre las frescas ondas regalaba.  
Ya de hermosas ninfas rodeado,  
del trabajo ordinario descansaba,  
y ya corriendo y sin algún sosiego  
llegan las Horas a servirle luego.*

Não quis deixar de transcrever estes versos, porque importa, em meu entender, apercebermo-nos de como os nossos autores de Setecentos eram versados nas obras latinas, de que naturalmente dispunham nas suas bibliotecas ou a que tinham acesso, porventura em bibliotecas conventuais. Uma pesquisa nesse sentido poderá resultar de interesse, uma vez que sempre poderá correr-se o risco de se considerarem ‘invenções’ as notas de rodapé em que as obras dessa época superabundam – e são creíveis.

Aspecto de não somenos relevância é a facilidade – ou a habilidade, se se quiser – com que trazem à colação, como comprovantes, textos que pertencem a um contexto completamente diferente. E basta, por vezes, a adjunção de uma palavra para facultar a demonstração pretendida. Neste caso, não hesitou Marinho de Azevedo em explicitar: os cavalos foram soltos, não porque tivessem terminado, por aquele dia, o seu trabalho de puxarem o carro do Sol, precisavam era de “*pastar a verde grama daqueles amenos campos*”!...

De não menos curiosidade se reveste o argumento seguinte: ao final da tarde, envolto na neblina que do Oceano se desprende, o Sol e os demais astros, aliás, parecem muito maiores: *Solem in finitimis Oceani littoribus multo maiorem occidere*.<sup>3</sup> Alimentar-se-iam, pois, dos “*vapores do Oceano*”, donde brotariam as “*águas que banhavam os nossos campos Elísios*” (p. 84). Só benefícios, portanto, daí recebiam os Lusitanos e, de modo especial, os Lisbonenses, pelo que “*os quiseram ter mais propícios, edificando-lhes templo, onde, com sacrifícios consagrados, a sua eternidade perpetuasse a memória do reconhecimento devido a mercês tão soberanas*”.

E aqui entra a ‘autoridade’ de André de Resende e de Frei Bernardo de Brito: “*Esteve este antigo templo nas vertentes da serra, que faz nosso promontório olisiponense pela parte que se lança no Oceano, e dele estão algumas ruínas entre as areias da praia*” – é informação colhida em Resende – “[...] *cuius modo inter littorales arenas ruinae tantum extant, et cippi aliquot inscripti superstitionis antiquae indices*”<sup>4</sup>

De duas dessas inscrições é intenção tratarmos aqui; antes, porém, importará dar conta do que Marinho de Azevedo escreve (p. 85), acerca do motivo que levou os cidadãos de Lisboa a erguerem este templo.

## 2 – RIVALIDADE ENTRE SCALLABIS E OLISIPO ?

A erecção desse templo merece enquadramento especial – terá pensado Frei Bernardo de Brito. Não poderá, decerto, ter nascido apenas de uma devoção normal. E, se não erro, será, mais tarde, Manuel Faria e Souza que envolverá esta iniciativa na história romana peninsular, a fim de lhe dar verosimilhança maior. No cap. XVI da sua *Europa Portuguesa*,<sup>5</sup> intitulado “Desde el año 20, antes del nacimiento de Christo asta que nasció”, escreve (p. 238-240): “*En la ciudad de Tarragona se hallava con el logro de la felicidad de tanto Domínio,*

---

<sup>3</sup> A citação (p. 84, nota 1) é atribuída por Estrabão a Posidónio de Apameia: “*Posidonius enim vulgo dici traditur*” (*Geografia*, livro III). Estrabão acrescenta que Posidónio diria mesmo que esse ocaso seria “*magno cum strepitu*”, isto é, fazendo grande barulho!

<sup>4</sup> *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Liber primus, fl. 38.

<sup>5</sup> Sigo a 2.<sup>a</sup> edição do tomo I, datada de Lisboa 1680, que é versão em castelhano.



el Emperador Otaviano Augusto, quando empezaron a entrar por ella Embaxadores [...] a darle la enorabuena del colmo de suas gloriosas prosperidades, ofreciendo preciosos dones, y solicitando pazes, amores, y mercedes: porque nadie dá que no pida, y nadie debe recibir que no dé. Entonces se acabó Augusto de tener por Augusto viendose diversamente adorado de tantas y tan varias Naciones”. Chamavam-lhe Deus, “Monarca soberano”, e ele “tratava a todos como iguaes amigos”. “[...] Todos le pidian licencia para levantarle Templos [...]”.

E prossegue Faria e Souza: “Entre aquellas Embaxadores se hallaron los de Lusitania, y eran naturales de la illustre Villa de Santarém. Tambien alcanzaron de Augusto la gracia de erigirle Templos en su Provincia. El de aquella Población se labró en forma de Fortaleza grande y suntuosa: de que resultó el parecer después que a titulo de muy devotos se acomodaban sus moradores para cuando se ofreciese ocasión de parecer guerreros. A lo menos con esta sospecha paleava Accidio Cestio legado del Emperador, a los de Lisboa al dar principio en ella a otra maquina semejante, y que aviendo precisamente de corresponder a la grandeza de la ciudad, avía de ser formidable al feliz estado de las cosas romanas. Ellos que lo entendieron, por limpiarle de temores, fundaron moderadamente en parte menos escrupulosa. Eligiendo por sitio de su fabrica la Sierra de Cintra adonde se levanta sobre el Océano con alguna distancia de Lisboa, allí levantaron un Templo dedicado al Sol y a la Luna, de que aun permanecen algunas ruinas con estas letras [...]”.

Transcreve a inscrição – CIL II 258 – e também uma outra (CIL II 31\*) e informa que depois se achou outra, já do tempo do imperador Septímio Severo, que “renueva la memoria de que avia aquele Templo [...]”.<sup>6</sup>

Frei Bernardo de Brito (livro IV, f. 410v.) vai, porém, mais longe na justificação: os Olisiponenses instaram “com Acídio Céstio, legado do imperador, a que ele tinha deixado por governador da Lusitânia, que impetrasse dele licença para levantarem um templo com grande sumptuosidade; e vendo que lha negava, suspeitando o que podia nascer destes edificios, levaram adiante a sua devoção, e no lugar onde a serra de Sintra se lança no mar e faz aquele grande cabo tão celebrado dos geógrafos, levantaram um templo dedicado ao Sol e à Lua [...]”.<sup>7</sup>

O primeiro comentário a fazer no que concerne ao que atrás se narra é que está bem informado Faria e Sousa. Na verdade, Augusto está em Tarragona de 27 a 25 a.C. e essa estada é muito justamente posta em relevo por Robert Étienne (1974, p. 362-378), como correspondendo, de facto, ao nascimento do culto imperial. Aí recebe, de facto, numerosas ‘embaixadas’: “Tarragona torna-se o centro do mundo”, escreve Étienne (p. 363), “o rei dos Partos, Tiridates, envia-lhe uma missão; Augusto recebe embaixadores das Índias; um certo Chairémon de Tralles vem pedir apoio a Augusto para a sua cidade destruída por um terramoto”.

Não há, aqui, expressamente, menção a pedidos múltiplos de construção de templos em sua honra. Só o caso de Mitilene é referido em pormenor; no entanto, é fácil supor que, subtilmente, essa atitude tenha sido tomada, no quadro de uma sábia política adoptada pelo imperador, que vai construindo por fases a sua própria divinização: proclama-se “filho do divino César”; permite que se divinizem algumas das suas qualidades – o seu “génio”, a sua “majestade”; ao *genius Augusti* se ergue um templete em Roma; “ninguém impede os cidadãos de prestarem a Augusto um culto privado e com frequência lhe são endereçadas súplicas nos municípios fora de Roma” (ROULAND, 1981, p. 243).

Por conseguinte, o envio a Tarragona de uma embaixada por parte dos *Scallabitani* está plenamente justificado.

E porquê *Scallabis*? Por ser uma *colonia* e deter, nesse contexto de guerra civil ainda fresca, um papel estratégico relevante.

<sup>6</sup> Desta terceira epígrafe – que vem exarada em CIL II 259 – se não tratará aqui.

<sup>7</sup> Nesta parte, actualizei a ortografia.



E como se explica, então, a pretensão olisiponense?

Tive ocasião<sup>8</sup> de sugerir que se me afigura ter havido desde o início da vinda dos Romanos uma ‘rivalidade’ entre *Scallabis* e *Olisipo*. Rivalidade que, a meu ver, deve ser entendida não como disputa mas como complementaridade: *Scallabis* seria a retaguarda militar e *Olisipo* assumiu, desde logo, preponderância social, económica e religiosa. Por isso me não admirei quando, recentemente, me debrucei sobre as escassas inscrições romanas passíveis de se adscrever ao território de *Scallabis*: encontrei sobretudo soldados e... fora da cidade!<sup>9</sup> Ora, o que se anota em relação à pretensão dos Escalabitanos? E de que é que os Olisiponenses suspeitam? Releia-se o que relata Faria e Sousa: “*El [templo] de aquella Población se labró en forma de Fortaleza grande y suntuosa: de que resultó el parecer después que a título de muy devotos se acomodavan sus moradores para quando se ofreciese ocasión de parecer guerreros. A lo menos con esta sospecha paleava Accidio Cestio legado del Emperador, a los de Lisboa el dar principio en ella a otra maquina semejante, y que aviendo precisamente de corresponder a la grandeza de la ciudad, avia de ser formidable al feliz estado de las cosas romanas*”.

E qual foi, portanto, a solução adoptada? É ainda Faria e Sousa quem o diz: “*Ellos que lo entendieron, por limpiarle de temores, fundaron moderadamente en parte menos escrupulosa. Eligiendo por sitio de su fabrica la Sierra de Cintra [...]*”.

Desconheço, como é natural, a fonte em que Faria e Sousa poderá ter haurido esta informação; mas, afinal, pensando bem no que hoje conhecemos – e, de modo especial, no muito que desconhecemos! – a frase usada (“*limpiarle de temores, fundaron moderadamente en parte menos escrupulosa*” – pode vir ao encontro de uma linha de pesquisa passível de trazer luz acerca do relativo ‘apagamento’ histórico em que a *colonia Scallabitanana* tem vivido, de tal modo que, inclusive, só recentemente se consolidou a sua identificação com a cidade de Santarém.

E é um facto que as escavações levadas a efeito, designadamente por Ana Margarida Arruda e sua equipa,<sup>10</sup> mostraram que a Alcáçova da actual cidade sofreu, ao longo dos séculos, os mais profundos revolvimentos, de modo que se torna difícil identificar estruturas datáveis desses primórdios da vida da colónia romana.<sup>11</sup> Contudo, no artigo que publicou juntamente com Catarina Viegas (1999), as conclusões acerca do templo são muito claras e vêm ao encontro de tudo o que atrás se disse, não só quanto à robustez da construção (Fig. 1), mas sobretudo – e é o ponto principal que nos interessa – quanto à datação da construção, que fixam (p. 60) entre a partida de César da Península Ibérica, em 48 a.C., e o começo do reinado de Augusto, especificamente entre 27 e 25 a.C. e apontam, inclusive, a possibilidade de a construção ter coincidido com a instalação aí de

---

<sup>8</sup>Na comunicação apresentada, em Outubro de 2012, em Lugo (Galiza), no Colóquio Internacional “Las Ciudades del Poder en Hispania”, subordinada ao título “As transformações nas cidades do poder à luz da epigrafia na Lusitânia” (no prelo).

<sup>9</sup> Trata-se do artigo (ultimado em Abril de 2016), “Os monumentos epigráficos, retratos de vida... em *Scallabis*”, que virá a ser publicado pelo Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, de Santarém.

<sup>10</sup> Citem-se, a título de mero exemplo, dentre outros trabalhos, os seguintes: ARRUDA & VIEGAS 2014, p. 242-255; ARRUDA, 1984, p. 217-223; ARRUDA, 1986, p. 75-77.

<sup>11</sup> Escreveu Jorge de Alarcão: “*Problema de difícil resolução é o de saber se a sede do conventus, primeiramente localizada em Scallabis, foi a certa altura transferida para Olisipo, cidade seguramente maior e mais activa*”. E acrescenta: “*O que nos sugere a importância administrativa de Olisipo é a visita de governadores da Lusitânia*” (1994, p. 60), observação de que só agora tomei consciência e que vem precisamente ao encontro das considerações atrás consignadas. Eu não iria tão longe, tendo inclusive em conta exemplos nossos contemporâneos de localidades próximas umas das outras em que uma detém o estatuto jurídico-administrativo, mas é na que lhe fica ao lado que se desenvolve a maior parte da actividade. Cito apenas um exemplo: até há bem poucos anos, o meu concelho era Alportel, pequeno lugar junto a S. Brás (agora, a sede do concelho), onde, afinal, todas as instituições mesmo antes se localizavam.

veteranos das legiões de Octaviano, hipótese que poderia ter justificação no facto de, em *Scallabis*, se registarem cidadãos inscritos na tribo Galéria.

Quanto ao templo ao Sol e à Lua, cuja tradição tem atravessado gerações, atendendo a que uma das fontes acabou por apontar também como local de achamento de uma das epígrafes – “*cippus magnus*” – “*na foz de Collares*” (CIL II 258), constituído dado seguro, até pelo crescente número de epígrafes e de fragmentos de epígrafes encontradas (Fig. 2), que a sua identificação no Alto da Vigia, no pequeno planalto sobranceiro à foz do Rio de Colares, frente à Praia das Maças, não sofre contestação.<sup>12</sup>

Há, porém, um pormenor que não será, porventura de somenos, quando evocamos a “tradição”: é que o templo – a darmos crédito aos autores citados e suas explicações, forjadas ou alicerçadas precisamente em dados tradicionais – foi dedicado ao Sol e à Lua, quando a intenção era dedicá-lo ao imperador. O certo é que terá sido um legado imperial o responsável pela iniciativa, há outros legados imperiais que ali acorreram como que “em peregrinação” e, pelo menos, uma outra epígrafe (CIL II 259) foi dedicada ao Sol Eterno e à Lua pela eternidade e pela saúde da casa imperial de Septímio Severo seguramente por um funcionário imperial. Ou seja, na prática, o local funcionou como local de culto ao Sol e à Lua, sim, mas estreitamente ligado também ao culto ao imperador – como a delegação dos Olisiponenses (a ter existido...) pretendia!...



Fig. 1 – Pormenor da estrutura do templo romano de *Scallabis*. [Especial deferência de Ana Margarida Arruda].



Fig. 2 – Materiais exumados do Alto da Vigia, no Museu de Odrinhas. [Especial deferência de José Cardim Ribeiro].

<sup>12</sup> Tem sido notável o trabalho aí desenvolvido pela equipa do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, sob orientação do Dr. José Cardim Ribeiro. Uma das sínteses mais sugestivas sobre o sítio pode ser a do próprio Cardim Ribeiro (2002, p. 235-239).

### 3 – CIL II 258

Emílio Hübner considerou aceitável uma das epígrafes citadas (Fig. 3). Dir-se-á, desde logo, que todos os autores a citam, mas é diversa a sua apresentação por linhas, de forma que, por o monumento ter desaparecido, será sempre aleatória a divisão linear ou a pontuação por que se opte; e o mesmo se diga em relação às abreviaturas originais, pois, como se disse, cada qual faz uma transcrição diferente.

A única descrição que temos é a atrás citada: um grande cipo. Não se terão certamente dúvidas de que – dadas as características da epígrafe – estaríamos perante um altar de dimensões notáveis. O texto poderia ter sido o seguinte:

SOLI · ET · LVNAE / CESTVS [sic] · ACIDIVS /  
PERENNIS / LEGATVS · AVG[usti] · PRO · PR[etore] /  
PROV[inciae] · LVSITANIAE

*Ao Sol e à Lua – Sexto Acídio Perene, legado de Augusto, propretor da província da Lusitânia.*

Repito: a translineação apresentada e mesmo a pontuação obedece, apenas, a critérios estéticos meus e não há garantia, enquanto o monumento se não encontrar (se se vier, um dia, a encontrar!...), de que tenha sido esta a paginação original.

Considero que o legado tem os normais *tria nomina*, pelo que *Cestus* nada mais será do que má grafia do vulgar *praenomen Sextus*.<sup>13</sup>

O *nomen Acidius* não consta em <URL: <http://eda-bea.es>> e na base de dados <URL: <http://www.manfredclaus.de/gb>> apenas se apresenta, além deste, o antropónimo, isolado, em CIL III 6017, 6, ou seja, “*in strigili ex aere*”, que Hübner terá identificado em Viena (Panónia Superior); mas, apesar de a leitura ser essa, a forma desenhada do suporte pode suscitar dúvidas, pelo que dá a impressão de estarmos perante um *hapax*, na medida em que, segundo Kajanto (1982, p. 36), também o *cognomen Acidinus* derivará do *cognomen* (de sentido pejorativo)

**258 Na foz de Collares in promontorio Solis et Lunae cippus magnus Res. In termino de Collares cippus magnus Strada. .**

SOLI · ET · LVNAE  
CESTIVS · ACIDIVS  
PERENNIS  
LEG · AVG · PR · PR ·  
5 PROVINCIAE · LVSITANIAE

**Resende cod. Valent. f. 46 v., antiq. p. 39 (inde Grut. 31, 13; Britto ed. I 1 f. 410 v., ed. II 1 p. 549; Higuera hist. ms. de Toledo 1 f. 221 v.; Nunes do Leão f. 26 v.; Gasco p. 43; Azevedo 1, 88; Florez 13, 56; Salgado ms. 2, 47; Masdeu 5, 486, 464; Juromenha p. 143; Levy 31, 92); Strada p. 172, 11 ex eiusdem Resendii schedis.**

**2 CESRVS Res. cod. Val., CEST. ant., CAETIVS Nunes do Leão, Gasco; CELEST. corr. Gudius in Grut. ed. 2. 4 D . . . D . . . Strada, PROPR · PROV Grut.**

Fig. 3 – CIL II 258.

<sup>13</sup> Não é essa a opinião, por exemplo, de Alicia Canto (in HEP 14 2008 448a), que propõe a existência de dois *nomina*, ambos “bien conocidos” (veremos, de seguida, que *Acidius* nos parece não o ser). Aliás, esta autora defende com fervor essa hipótese no artigo de 2004, p. 277 e, de modo especial, na nota 73 (p. 326), em que refere as várias interpretações dadas, refutando-as. Hei por mim, todavia, que pode tratar-se de natural dificuldade de entendimento oral do nome, tendo em conta, inclusive, que os autores nem sempre o citam da mesma forma e na mesma ordem; e, além disso, como de seguida se assinala, o próprio antropónimo *Acidius* é um *hapax*, o que pode ser igualmente derivado de má compreensão da minuta ou da ‘encomenda’ oral.



*Acidus*, não fazendo qualquer referência a um eventual antropónimo *Acidius*; por seu turno, *M. Acidi* lido em *CIL II 2607*, de Castro de Avelãs, igualmente deve ser banido, porque a reconstituição do *nomen* é *Placidius* (REDENTOR, 2002, inscrição n.º 3, p. 48-50).

No que concerne ao *cognomen Perennis* – que não é, obviamente, o adjectivo “perpétuo” a qualificar o legado, como sugeriu Faria e Sousa (1680, p. 240) – é de origem latina: Kajanto (1982, p. 274) dá conta da ocorrência do testemunho de 15 homens com esse nome no conjunto do *CIL* e de 4 (escravos ou libertos) na cidade de Roma; significativamente, ao contrário do que é habitual nestes casos, não refere qualquer senador ou cavaleiro, o que indicia ou não ter conhecimento desta epígrafe (hipótese que perfilho) ou não considerar senador a personagem aí citada.

Tempo é, pois, de verificarmos o que se poderá ter passado. Poderemos começar, eventualmente, por Don Manuel Henaó y Muñoz, que escreve, no que a Mérida diz respeito: “*Entre los legados principales que gobernaron la colonia de Mérida, merecen especial mencion Publio Carisio, Cesto Accidio Perenne, nombrado por Augusto pretor de la provincia, y Othon, que después llegó á ser emperador*” (1870, p. 35).

Hermann Dessau (ILS 3939) apresentou a seguinte leitura: *L. Tulcidius Perennis leg. Aug. pr. Pr. Provinciae Lusitaniae*.

E, em nota à palavra *Tulcidius*, comentou: “*Sic alter ex descriptoribus, Cestius Acidius alter; fortasse intellegitur filius Perennis praefecti praetorio sub Commodus*”.

Essa interpretação terá levado Géza Alföldy (1969, p. 143) a propor *Sext(i)us [Ti]gidius (?) Perennis*, sugerindo mesmo que poderia ser um filho do *praefectus praetorio* do mesmo nome, que viveu por volta de 185 d.C.

De passagem, na sequência do que atrás se disse acerca do ‘relacionamento’ *Scallabis – Olisipo*, Jorge de Alarcão anota, na mesma linha de pensamento: “*Por volta de 185 d.C., um outro governador, Sexto Tigídio (ou Nigídio) Perene veio certamente a Olisipo, pois consagrou uma ara (CIL II 258) no santuário do Sol e da Lua que existia no Alto da Vigia, na Praia das Maças, concelho de Sintra*” (1994, p. 60-61). Aliás, na lista de governadores da Lusitânia que apresenta em 1974 (p. 209), indica “*Sextus [Ti-?]gidius Perennis (cerca de 185)*”.

Análises feitas, uma conclusão parece poder tirar-se: ninguém põe em causa a autenticidade da epígrafe – e este será, sem dúvida, um bom ponto de partida.

A questão põe-se, em primeiro lugar, é na leitura do nome do legado. O facto de o *nomen Acidius* não estar documentado na epigrafia do mundo romano – quanto saibamos – não foi assinalado por ninguém, preocupados todos com a necessidade de escolherem um outro *nomen* para o substituir: *Tigidius* ou *Tulcidius*. Ora, na base de dados <URL: <http://www.manfredclauss.de>>, documenta-se, entre outros, como sêxviro, na Dalmácia, um *Sex[tus] Tigidius Orestes* (EDCS-10000669); *Tulcidius*, ao invés, é desconhecido.

Pela minha parte, aceite a autenticidade da epígrafe, a questão da designação do legado imperial afigura-se-me, afinal, pouco relevante. O que poderia causar maior perplexidade é a datação proposta, os finais do século II, data usada inclusive por Alicia Canto para justificar a omissão do *praenomen* e a existência de dois *nomina* – opinião que, como afirmei, não perfilho. Na verdade, tudo o que Frei Bernardo de Brito e autores que lhe seguiram as pisadas pode ser ficção; mas... acaba por poder ter a sua razão de ser, num contexto bem definido, como atrás se viu: a estada de Augusto em Tarragona! Por outro lado, a natural supremacia de *Scallabis*, capital de *conventus*, em relação a *Olisipo*, justifica, por um lado, que sejam os emissários escalabitanos a dirigirem-se a Augusto e a obterem dele mercê; e, por outro, a referida ‘suspeição’ dos olisiponenses ao verem as características arquitectónicas que lhes parecia ter esse templo – mais fortaleza que templo! – e o despeito por terem sido postergados, acabando por tomarem a iniciativa de mandar fazer, também eles, um templo, não

explicitamente ao imperador mas, sob a capa das invocações mais consentâneas com a tradição religiosa local, ao Sol e à Lua, com elevada conotação, porém, de apego ao poder central, pois doutra forma se não compreenderia não só que a iniciativa partisse de um legado imperial como também a das sucessivas visitas documentadas de outros legados. Tenha-se, porém, em conta que a criação da província da Lusitânia data de alguns anos mais tarde, entre 16 e 13 a.C. (proposta que Sir Ronald Syme adiantara), como Robert Étienne fez questão de sublinhar: “*Ce serait au cours de son deuxième voyage en Occident qu’Auguste aurait réorganisé l’administration de la Péninsule Ibérique, pour harmoniser la réduction de l’armée hispanique à trois unités légionnaires et les nouvelles divisions provinciales*” (1992, p. 361).<sup>14</sup>

Ora, nada parece obstar a que a construção do templo possa ter sido quase contemporânea da criação da província, o que poderia concordar com a informação veiculada por Don Manuel Henao y Muñoz (sem, todavia, indicação de fonte) de que “*Cesto Accidio Perenne*” fora “*nombrado por Augusto pretor de la provincia*”. É que, note-se, Don Manuel só menciona três governadores e os outros dois são bem reais: Públio Carísio e Otão!

#### 4 – CIL II 31\*

Não resisto, porém, a referir-me à outra epígrafe que, nesses livros dos séculos XVII e XVIII, surge no mesmo contexto. Essa, sim, totalmente forjada e entretecida de tamanhas incongruências, quer do ponto de vista epigráfico quer histórico, que, à primeira vista, a ela se poderia aplicar a conhecida frase “*não vale a pena gastar cera com tão ruim defunto*”.

Gostava de poder mostrar que o defunto é ruim, sem dúvida; mas das roupagens em que no-lo apresentam envolvido quiçá possam retirar-se ilações de alguma utilidade. E lá voltaríamos nós à repetida frase inicial de que, mui provavelmente, também aqui “*não há fumo sem fogo*”!

Creio, para já, que nunca terá sido cotejado o texto latino com a tradução apresentada. Proceder ao desdobramento das suas siglas e abreviaturas, de modo a obter-se uma leitura escorreita poderá, por conseguinte, ser um bom pretexto para sobre o seu conteúdo nos virmos a debruçar depois. Apresenta-se, por consequência, na Fig. 4, o texto de Hübner (CIL II 31\*); e reproduz-se, na Fig. 5, o que traz Faria e Sousa (1680, p. 240). A leitura interpretada da epígrafe poderia ser a seguinte, não se respeitando, naturalmente,

#### 31\* ‘*Na roca de Sintra*’.

phebo dianeq. | ulixbonens. |  
 pro salute et eterni|tate rom.  
 imperii pro vita et felici|tate.  
 imp. caes. d. aug. octaviani  
 c. iulii f. p. f. vict. germanici  
 dacic. | alexand. cestus acci-  
 dius perpetu|us. e. legatus. pro-  
 pretor provinciae | lusitaniae  
 d. d. a. stantib. dec. ulix-|  
 bonen. | civitates quae huic  
 operi aux | d d. | munic. ulix-  
 bonens. munic. salacien. | mu-  
 nic. | scalabiens. | opid. hiera-  
 boric. | op. tubucci. opid. eburo-  
 brit. | ulixbonens. pp. bene-  
 ficia in munic. | statuam ant.  
 fores templi erexe|runt flami-  
 nesq. dd.

Britto ed. I 1 f. 410, ed. II 1 p. 550  
 (inde Levy 29, 87) e promptuario  
 inscriptionum.

Fig. 4 – CIL II 31\*.

<sup>14</sup>Essa datação é confirmada também por Patrick Le Roux (2016, p. 92).

a translineação nem as supostas vírgulas nem qualquer outro tipo de pontuação, uma vez que variam de autor para autor:

PHEBO DIANÆQ[ue] VLIXBONENS[es] PRO SALVTE ET ETERNITATE ROM[ani] IMPERII PRO  
VITA ET FELICITATE IMP[eratoris] CÆS[aris] D[ivi] AVG[usti] OCTAVIANI C[aii] IVLII F[ilii] P[ri]i  
F[elicitis] VICT[oris] GERMANICI DACIC[i] ALEXAND[rini] CESTVS ACCIDIVS PERPET[uus] E[ius]  
LEGATVS PROPRETOR PROVINCLÆ LVSITANLÆ D[e]D[icavit] A[nte] STANTIB[us] DEC[urionibus]  
VLIXBONEN[sibus]

CIVITATES QVÆ HVIC OPERI AVX[iliaverunt] D[e]D[icationem] MVNIC[ipium] VLIXBONENS[e]  
MVNIC[ipium] SALACIEN[se] MVNIC[ipium] SCALABIENS[e] OPID[um] HIERABRIC[ense] OPID[um]  
TVBVCCI OPID[um] EBVROBRIC[ense]

VLIXBONENS[es] P[at]ri P[at]riae BENEFICIA IN MVNIC[ipium] STATVAM ANT[e] FORES TEMPLI  
EREXERVNT FLAMINESQ[ue] D[e]D[icaverunt]

Não pode dizer-se que não seja uma “peça” notável do ponto de vista da erudição que revela e pela forma hábil como o texto é entretecido: a solene dedicação a Febo e a Diana, na primeira parte, com pompa e circunstância, evocando o papel primordial que teria tido o legado imperial – agora já beneficiário do título “perpétuo” – Cesto Acídio, na presença dos mais relevantes magistrados olisiponenses. A referência, na segunda parte, às “cidades” dos arredores que não hesitaram em contribuir para o monumento sagrado. Finalmente, o realce de novo à iniciativa olisiponense, uma vez que, atendendo aos benefícios outorgados pelo imperador, aqui sob a natural invocação de “Pai da Pátria” (que a Augusto foi concedida, como se sabe, no ano 2), lhe erigiram uma estátua e organizaram o culto imperial, nomeando flâmines.

Tudo, por conseguinte, dentro do que seria normal esperar!...

Luís Marinho de Azevedo não hesita, porém, a lançar as maiores dúvidas sobre a autenticidade da epígrafe (p. 86-87).

Primeiro, diz ele, André de Resende afirma “*que viu a pedra tão gastada que não pôde ler nela palavra que fizesse sentido e Fr. Bernardo a traz depois sem danificação, sendo que, por ter tanta leitura, é cousa mui considerável*”.

Depois, atenta num aspecto de pormenor: umas vezes usam-se ditongos e outras não; mas a isso, acrescenta, “*se pode dar a costumada saída em semelhantes dúvidas, tornando a culpa ao oficial que lavrou a pedra: alguns dos quais barbarizavam a língua latina com este e outros erros*”.

O terceiro aspecto é mais perspicaz ainda: custa-lhe a admitir a grafia Vlixbonenses “*com estas letras, quando as pedras que se acham em Lisboa lhe chamam Olisipo*”.

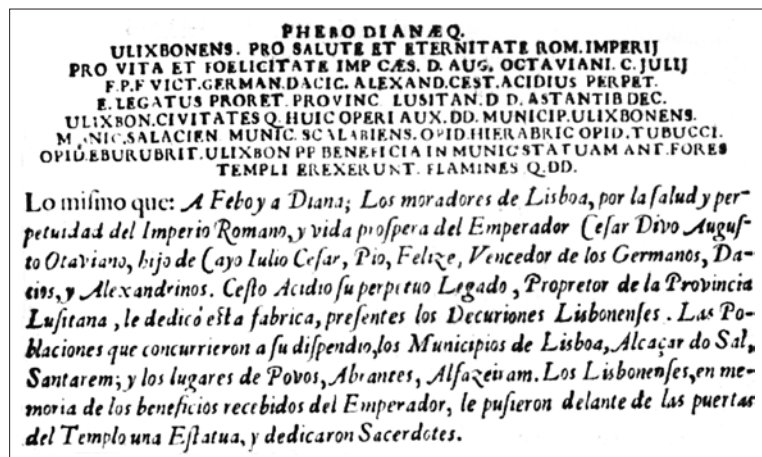


Fig. 5 – Versão de Faria e Sousa de CIL II 31\*.

Quarta questão: Santarém é colónia e não município.

Quinta: “*Se Augusto concedia a outras cidades licença para levantarem templos à sua falsa divindade, que razão havia para a negar aos Lisbonenses, sendo a sua cidade já nesse tempo constituída município por Júlio César, seu antecessor, e por sua grandeza tinha privilégio de fazer semelhantes dedicações, que não gozavam lugares pequenos [...]?* Aliás, a autorização dada a Tarragona não era para ser exemplo para as demais?”.

Creio não valer a pena aludir a outros aspectos da epígrafe que facilmente se terão por erróneos, como a designação Octaviano; a atribuição de *divus*; o anacronismo dos epítetos honoríficos (*Dacicus*, por exemplo); o uso de *pius felix*, corrente só a partir do século III... Atente-se também na presença da palavra *fores*, “porta”, “entrada”, de singular conotação literária: *fores portarum* são as portas duma cidade... Assinale-se, contudo, que Frei Bernardo de Brito conhecia bem o conteúdo dos textos epigráficos, ainda que não tivesse consciência das regras da sua correcta utilização.

Há um aspecto que não pode deixar de se realçar: *Olisipo* exerce uma função preponderante nesta iniciativa, mas a ela associa as cidades derredor. E essa lista é, a meu ver, significativa do que, ao tempo, se pensava acerca da importância dessas cidades e, até, da sua identificação. Se Alcácer do Sal e Santarém (aqui grafado de forma estranha: *Scalabienses*...) não parecem oferecer dúvidas, Luís Marinho de Azevedo (p. 86) não se exime de esclarecer que *Hierabriga* é localizável em Povos ou Alenquer, Tubucci é Abrantes, Eburobrício estava em Évora de Alcobaça (como queria Diogo Mendes de Vasconcelos, nos comentários que fez ao livro IV das *Antiguidades da Lusitânia*, de André de Resende, cap. 29) ou em Alfeizerão (como pretendia Bernardo de Brito).<sup>15</sup>

Permita-se-me uma derradeira conjectura: porquê uma dedicatória a Febo e a Diana?

Não tenho, como é evidente, provas cabais para o garantir; afigura-se-me, todavia, que a essa escolha não terão sido alheios dois factores: o primeiro, o verso d’*Os Lusíadas* alusivo ao pôr-do-sol neste ponto

*Onde a terra se acaba e o mar começa,  
E onde Febo repousa no Oceano.*

A imagem de Febo, a designar o Sol, estaria, seguramente, muito viva e esta frase lapidar do Épico faria, de certeza, parte do quotidiano.

Quanto a Diana, o espírito, também aqui, é de exaltação do espírito patriótico dos Lusitanos, de que a história mitificada de Sertório constituiria um dos pilares das narrativas históricas de então. Data de 1728 a obra do Padre Manuel Fialho que, para enaltecer a sua Évora, não prescinde de, na esteira de André de Resende, glorificar o que Sertório terá feito pela cidade. Assim, esclarece que o general romano “*instituiu em Évora um senado em tudo semelhante ao de Roma e levantou um templo a Diana, a quem venerava por especial protectora. Conserva-se hoje íntegra a maior parte e mostra na sua magnificência os elevados espíritos de Sertório*” (p. 21, n.º 35). Explica, de resto, a razão da sua devoção: a todas as cidades espanholas “*fez crer, com um discreto engano, que a deusa Diana por meio de uma corsa, a quem tinha domesticado que lhe assistia nas campanhas e o acompanhava nas batalhas; lhe revelava os segredos do céu e os desígnios do inimigo; e com este estratagemas as suas ordens não só tinham força de preceitos mas venerações de oráculos*”.

---

<sup>15</sup> Os trabalhos arqueológicos levados a efeito por José Beleza Moreira permitiram a identificação desta cidade, como se sabe, junto a Óbidos (MOREIRA, 2002).



## 5 – EM CONCLUSÃO

A discussão sobre a autenticidade de *CIL* II 258, em que – numa mensagem aparentemente singela – se perpetuara o ex-voto de um legado imperial romano ao Sol e à Lua, dado como proveniente da ponta ocidental da serra de Sintra, levou-nos a procurar descobrir qual poderia ter sido a verdadeira identidade desta personagem e, inclusive, a pôr em causa a sua real existência, uma vez que a inscrição fora omitida por uns e bastante posta em dúvida, por outros, a leitura tradicionalmente reportada pelos mais diversos autores, em cujas obras, amiúde, no que concerne à história antiga de Portugal, a lenda intimamente se misturava com a realidade.

A iniciativa de querer erguer ali esse templo poderia, no entanto, não ter partido de mera devoção pessoal, até porque outras epígrafes atestavam que o local passara a gozar de notoriedade com alguma relação também de índole política, pois a esse culto apareciam associados nomes de imperadores. Essa presunção, aliada à releitura do enquadramento de ampla conotação política que Frei Bernardo de Brito lhe atribuiu – real ou fantasiada – levou-nos a falar da permanência do imperador Augusto em Tarragona e ao facto de ter sido precisamente nessa altura que se observaram os primeiros sinais do aparecimento do culto imperial, com o pedido de várias comunidades para nelas virem a construir templos em honra do imperador. Uma dessas comunidades poderia ter sido a *colonia Scallabitana* e o certo é que o templo dado recentemente a conhecer em Santarém terá sido dedicado ao culto imperial e é datável justamente dessa época.

Restava, então, esclarecermo-nos acerca da outra construção, aparentemente da iniciativa dos habitantes de *Olisipo*, de um templo, que – embora dedicado ao Sol e à Lua – tinha, como se disse, implícita uma grande conotação de apego ao poder central.

A possibilidade de ter existido alguma ‘rivalidade’, logo nos primórdios do século I, entre *Olisipo* e *Scallabis*, de que ora nos estamos a dar conta, uma vez que detinha *Scallabis* a capitalidade política do *conventus* e *Olisipo* se constituíra, desde cedo, em empório comercial, regurgitante de uma industriosa e seguramente enriquecida classe de mercadores, é explicação que se me afigura plausível para a congeminação de todo este entrecho.

Conhece-se o templo de *Scallabis*; está a descobrir-se o templo ao Sol e à Lua. Os aspectos literários e algo fantasiosos que rodeiam esses primeiros tempos encontram, pois, uma explicação, que, se não é inteiramente verídica, abre, no entanto, outras perspectivas de investigação – porque é minha convicção, repito, de que, também em História, “não há fumo sem fogo”. E quando, pela suave mornidão dos Outonos, aqui “onde a terra se acaba e o mar começa”, vemos o astro-rei mergulhar, lento e rosado, na linha do horizonte, além, escondendo-se, por vezes, como que envergonhado, numa réstia de nuvem... somos incapazes de não nos sentir irmanados com os que, há dois milénios, também aqui vieram meditar no que de mui misterioso estaria para além daquela linha tão extensa e tão longínqua...

## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, J. (1974) – *Portugal Romano*. Lisboa: Verbo.
- ALARCÃO, J. (1994) – Lisboa romana e visigótica. *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 58-63.
- ALFÖLDY, G. (1969) – *Fasti Hispanienses. Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den spanischen Provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian*. Wiesbaden.
- ARRUDA, A. M. (1984) – Alcáçova de Santarém. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 1984. *Clio / Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 217-223.
- ARRUDA, A. M. (1986) – Alcáçova de Santarém. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 8, p. 75-77.
- ARRUDA, A. M. & VIEGAS, C. (1999) – The Roman Temple of Scallabis (Santarém-Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 1, p. 185-224.
- ARRUDA, A. M. & VIEGAS, C. (2002) – O templo romano de *Scallabis*. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 173-178.
- ARRUDA, A. M. & VIEGAS, C. (2014) – Santarém durante a época romano-republicana. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 3, p. 242-255. [Actas do Congresso sobre a Conquista e a Romanização do Vale do Tejo].
- AZEVEDO, L. M. (1753) – *Fundação, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa e Seus Varões Ilustres em Santidade, Armas e Letras. Catálogo de Seus Prelados e Mais Cousas Eclesiásticas e Políticas até o Ano 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El-Rei D. Afonso Henriques*. Lisboa: Oficina de Manuel Soares.
- BRITO, Frei Bernardo de (1597) – *Monarchia Lusitana*, tomo I. Alcobça [Edição fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973].
- CANTO, A. M. (2004) – Los viajes del caballero inglés John Breval a España y Portugal: novedades arqueológicas y epigráficas de 1726. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (2), p. 265-364.
- DESSAU, H. (1974) – *Inscriptiones Latinae Selectae (= ILS)*. Dublin/Zurique, reedição.
- ENCARNAÇÃO J. (2001-2002) – Da imaginação e do rigor. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 387-404. Acessível em: <URL: <http://hdl.handle.net/10316/14193>>.
- ÉTIENNE, R. (1974) – *Le culte impérial dans la péninsule ibérique d'Auguste à Dioclétien*. Paris, reimpressão.
- ÉTIENNE, R. (1992) – L'horloge de la *civitas Igaeditanorum* et la création de la province de Lusitanie. *Revue des Études Anciennes*. Bordeaux. 94 (3-4), p. 355-362.
- FIALHO, M. (1728) – *Evora Gloriosa. Epílogo*. Roma.
- HENAO Y MUÑOZ, M. (1870) – *Crónica de la Provincia de Badajoz*. Madrid. Reedição 2011. Valladolid: Editorial Maxtor.
- KAJANTO, I. (1982) – *The Latin Cognomina*. Roma, reimpressão.

- LE ROUX, P. (2016) – Criação romana da Lusitânia. *Lusitana Romana – Origem de Dois Povos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Imprensa Nacional–Casa da Moeda, Lisboa, p. 92-99.
- MOREIRA, J. B. (2002) – *A Cidade Romana de Eburobrittium – Óbidos*. Porto: Mimesis – multimédia, Lda.
- REDENTOR, A. (2002) – *Epigrafia Romana da Região de Bragança*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia 24).
- RIBEIRO, J. C. (2002) – *Soli Aeterno Lunae*. O santuário. *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 235-239.
- ROULAND, N. (1981) – *Rome, Démocratie Impossible? (Les Acteurs du Pouvoir dans la Cité Romaine)*. Le Paradou.
- SILIVS ITALICVS (Tiberius Caius) – *Punicorum libri septemdecim, cum varietate lectionum...*, edição preparada e comentada por LEMAIRE (Nicolaus Eligius), Paris, 1823.
- SOUSA M. F. (1680) – *Europa Portuguesa*, tomo I, 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa.